



**O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA: DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RECIFE (1988-1990)**

Heliwelton do Amaral Clemente

Mestrando em História Social pela UFRPE, bolsista CAPES/CNPQ, membro do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN)

heli\_lp@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda,

Docente do Departamento de Educação da UFRPE, coordenador do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN)

humbertoufrpe@gmail.com

**Resumo**

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é uma organização não governamental fundada em 1985, composta por militantes, educadores sociais e meninos e meninas que se articulam politicamente em defesa dos direitos de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes formas de abandono. O objetivo do trabalho é analisar a produção do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, o jornal organizado pelas próprias crianças e adolescentes e educadores do MNMMR de Recife. Para a investigação trabalharemos com nove edições que vão desde a primeira do periódico inaugurado em agosto de 1988 até a de junho de 1990, que representa a edição mais próxima da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As denúncias, reivindicações e relatos, contidos nas matérias do jornal *O Grito*, como era popularmente conhecido, apresentam-nos muitos aspectos sociais da cidade e do cotidiano de meninos e meninas nas ruas da capital pernambucana em fins da década de 1980.

**Palavras-chave:** Infância, Rua, Jornal alternativo.



## Introdução

Para compreender a atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é necessário entender as causas e o contexto histórico em que a organização surgiu. O Movimento foi fruto de um sistema excludente, que colocava em risco físico e psicológico, meninos e meninas das classes mais vulneráveis.

O fim da década de 1970 e início da década de 1980 além de ser o período no qual a redemocratização do Brasil estava em curso, representou um período marcado por muitas campanhas, seminários e debates acerca da problemática das crianças em situação de rua e de abandono no Brasil. O debate também acontecia no âmbito internacional, visto que "1979 foi proclamado, pela Organização das Nações Unidas, o Ano Internacional da Criança." (RESENDE, 2008, p.15). Por conta disso, em 1979 aconteceram várias ações que mobilizaram vários setores da sociedade brasileira:

As atividades levadas a cabo durante o Ano Internacional da Criança (1979), tais como campanhas, seminários e debates, contribuem para difundir de forma mais intensa no país a problemática situação das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. (SANTOS, 1994, p.12).

Nesse contexto, surgiram grupos que fizeram oposição à concepção assistencialista e repressora no tratamento com crianças e adolescentes. Segundo Santos, o modelo era autoritário e retirava crianças e adolescentes do meio em que viviam para colocá-las em instituições fechadas de recuperação (SANTOS, 1994).

A concepção e as práticas mencionadas estavam fundamentadas no Código de Menores<sup>1</sup> e desempenhadas pelo Estado, através do modelo FUNABEM/FEBEM<sup>2</sup>. A

---

<sup>1</sup> Lei n. 6.697, de 10 de Outubro de 1979. Em suas disposições preliminares consta que a legislação dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a "menores". A pessoa de 0 a 18 anos de idade representa o "menor" para o referido documento legal.

<sup>2</sup> "A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem." (MIRANDA, 2014, p.18).



vigência e os objetivos dessas políticas oficiais foram expressos por Miranda:

A Funabem, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com medidas de disciplina e controle, pela qual estados e instituições particulares se subordinavam à sua administração centralizadora. (MIRANDA, 2014, p. 18).

A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) tinha parâmetros que, por muitas vezes, concebiam crianças e adolescentes em situação de abandono como em *situação irregular*, sobre isso, o Código de Menores, em suas disposições preliminares preconiza:

Art. 2º - Para efeitos deste código, considera-se em situação irregular o menor:

I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis provê-las.

II- Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.

III- Em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.

IV- Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.

V- Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária.

VI- Autor de infração penal. (BRASIL, 1979, p. 1 apud MIRANDA, 2014, p. 304).

Através de referido artigo percebemos que o Código de Menores buscava padronizar e homogeneizar os diferentes problemas enfrentados por meninos e meninas (MIRANDA, 2014). A insatisfação era latente e provocou a mobilização de diversos segmentos da sociedade, como afirma Santos:

O modelo de assistência convencional, desenvolvido pelo Estado, através da Funabem, é questionado pelas crianças, pela imprensa, por estudiosos e pelos participantes das experiências alternativas, que expressam suas críticas por intermédio das ações que desenvolvem. Essas críticas refletem de certo modo a “falência” do Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor. (SANTOS, 1994, p.13)

Num primeiro momento, de forma descentralizada, os grupos insatisfeitos com as políticas públicas passaram a desenvolver experiências alternativas para com as crianças e adolescentes, sobretudo as que viviam em situação de abandono e/ou vulnerabilidade social.



Esses grupos isolados tiveram a oportunidade de se organizar em rede, por meio do *Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua*<sup>3</sup>. Criado em 1981 e implantado em 1982 foi cofinanciado pelo Fundo das Nações Unidas Pela Infância (UNICEF)<sup>4</sup>, Secretaria de Ação Social e FUNABEM (MNMMR, 2002). Analisando a educação social de rua enquanto sistema pedagógico surgido na América Latina no final da década de 1970, Walter Oliveira (2007) debate sobre o referido projeto e afirma:

Seu principal objetivo, desenvolver abordagens de intervenção comunitária, a partir da idéia de que uma adequada atenção às crianças e adolescentes ‘de rua’ e ‘na rua’ implica envolvimento com suas comunidades de origem. O Projeto consistia na disseminação e avaliação das experiências dos educadores da praça da Sé e de alguns projetos de base comunitária, considerados de sucesso, e principalmente voltados para o problema do desemprego. (OLIVEIRA, 2007, p.148).

O projeto mencionado proporcionou a integração de pessoas e o aprendizado sobre o funcionamento de experiências e práticas que tinham em comum a concepção de meninos e meninas em situação de abandono, como sujeitos de direitos.

A partir deste intercâmbio, em 1985, algumas pessoas de diferentes programas sentiram a necessidade de dar um caráter mais político a esta articulação, por entender que se fazia necessário provocar de fato uma mudança na política de atendimento às crianças e adolescentes. Não dava para continuar dependendo apenas de um projeto financiado pelo governo, enquanto a política mantida por este mesmo governo permanecia inalterada e os procedimentos práticos de atendimento continuavam contrariando os mais elementares princípios pedagógicos, como por exemplo, a prática de manter meninos trancafiados em “cafuas” (quartos escuros sem comunicação). (MNMMR, 2002, p.28).

Analisando a publicação da citação acima, fica evidenciada a importância da articulação entre tais programas, articulação que resultou na formação de grupos locais que possuíam o objetivo de integrar cada vez mais pessoas e recursos sociais (municipais ou regionais), além de mobilizar comunidades em prol de suas causas.

<sup>3</sup> “1981 - Criado o Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, considerado o embrião do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).” (UNICEF, 2019, p. 13). Também encontramos o nome de tal projeto como: “Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua” (RESENDE, 2008, p. 16).

<sup>4</sup> O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi criado pela Organização das Ações Unidas (ONU) em 1946 e está presente no Brasil desde 1950, apoiando as transformações na área da infância e da adolescência no País. Fonte: UNICEF. Sobre o UNICEF. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 5 de agosto de 2020.



Em junho de 1985, esses grupos locais, reunidos em Brasília, decidiram criar uma organização não-governamental para a defesa e promoção dos direitos de meninos e meninas de rua do Brasil, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. (SANTOS, 1994, p.12).

Nascida em 1985 e com sede em Brasília, a organização não governamental inicia seus trabalhos com a intenção de representar em âmbito nacional a articulação pela causa da infância e da adolescência marginalizada.

Analisando as publicações do Movimento sintetizamos que seu princípio primordial é considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento e cidadãos que devem participar do debate sobre as questões pertinentes às suas próprias vidas, a nossa proposta de estudar as edições do jornal é também uma forma de investigar a relação entre os princípios que encontramos nas publicações do MNMMR e suas práticas na capital pernambucana em fins da década de 1980.

### **O espaço para que as crianças e adolescentes pudessem gritar**

*O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*, conhecido popularmente dentro do próprio Movimento por “*O Grito*”, foi um jornal publicado pela comissão do MNMMR de Recife. A sua primeira edição foi publicada em agosto de 1988, a partir disso o periódico representou um espaço para meninos e meninas trazerem suas notícias, denúncias, críticas, reivindicações e registrarem acontecimentos marcantes para o Movimento, mencionando muitas vezes outras organizações que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescente em situação de rua. O motivo do nome do jornal está diretamente ligado a sua finalidade. De acordo com Janssen:

Grito e choro são reações espontâneas que vêm de dentro do peito, sempre provocadas pela dor ou pela alegria. No caso dos nossos meninos, constatamos mais dor do que alegria. No entanto, ter um espaço onde eles pudessem gritar sua dor era por demais importante. (JANSSEN, 2013, p.42).

Um estudo sobre o trabalho e trajetória de vida do redator chefe do jornal no período analisado, nos revelou características importantes para o entendimento de sua dinâmica. Adriano Janssen, o militante da causa da infância que assumiu a redação do jornal desde sua fundação, nasceu na cidade holandesa de *Nootdorp* em 1933. Com o desejo de ser padre, inicia seus estudos aos treze anos e aos vinte e um viaja para o





Brasil, terra onde conclui seus estudos e começa a atuar como vigário auxiliar numa paróquia do município de Paulista, região metropolitana do Recife. Em 1974, Adriano larga o sacerdócio e casa-se com Helena Janssen<sup>5</sup> que se torna sua companheira de militância. Na década de 1980, atua na Juventude Operária Católica, colabora com o trabalho de Dom Hélder Câmara, ainda na referida década começa a se envolver diretamente com a causa da infância quando exerce a função de Conselheiro Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Recife, é então que conhece o MNMMR (JANSSEN, 2013).

Outra característica importante trazida pelo militante da causa da infância é sobre a distribuição do periódico ou a quem o mesmo se destinava, Janssen (2013) conta que a maior parte dos jornais era distribuída pelos próprios meninos e meninas em lojas, repartições e escolas. As edições apontam que a distribuição ocorria principalmente nas ruas do Recife, mas alguns bairros da cidade vizinha, Olinda<sup>6</sup>, também eram bastante mencionados nas matérias, provavelmente a distribuição chegava até lá também. Ao narrar sobre a dinâmica da construção do jornal Janssen traz uma contribuição extremamente significativa para nossa análise:

Mas semanalmente, nós (meninas, meninas, educadores e eu), nos encontrávamos na sede do Movimento para, juntos, preparar o jornal. Escutávamos os fatos e selecionávamos as matérias. Tudo que acontecia nas ruas a turma trazia para ser publicado. A dinâmica era muito interessante, todos os fatos eram colocados e juntos fazíamos a seleção. (JANSSEN, 2013, p. 41).

Um debate que merece destaque em nossa análise aparece no trabalho de Oliveira (2007) quando o autor atenta para a importância da diferenciação entre a situação de crianças e adolescentes "de rua", as que não tinham vínculos de habitação com família ou grupo institucional e as crianças "na rua", as que exerciam parte das suas atividades diárias na rua, mas geralmente tinham vínculos familiares e habitação

---

<sup>5</sup> Tive a oportunidade de participar da construção do acervo do LAHIN e a maior parte das edições do jornal *O Grito* foram cedidas para digitalização por Adriano Janssen e Helena Janssen, casal de militantes da causa da infância.

<sup>6</sup> O bairro de Peixinhos, em Olinda, aparece diversas vezes nas publicações.



de referência (OLIVEIRA, 2007, p.148). É importante ressaltar que no contexto das notícias do jornal *O Grito*, o termo<sup>7</sup> “de rua” abrange as duas situações.

Outro aspecto extremamente relevante não só para análise do jornal, mas para o entendimento das práticas pedagógicas do Movimento em si, é que a formação dos educadores de rua do Movimento era referenciada por princípios preconizados por Paulo Freire que trata sobre o papel da Educação Social de Rua trabalhando junto com o MNMMR (FREIRE, 1989).

Embora tenhamos tratado de aspectos muito pertinentes à análise do conteúdo do jornal, existem algumas questões que dizem respeito ao trabalho do historiador com periódicos que precisam vir à tona. Luca (2005) traz uma sistematização de procedimentos e sugestões analíticas que nos auxiliaram no esforço com documentos dessa natureza.

Um aspecto metodológico destacado pelo trabalho da autora é a materialidade, portanto, questões ligadas ao formato, tipo de papel, qualidade de impressão cores e imagens são imprescindíveis na análise. Algo que vai nos revelar também aspectos ligados às tecnologias utilizadas para impressão do material. (LUCA, 2005, pp. 131-132).

Em termos materiais<sup>8</sup>, cada edição do jornal *O Grito* era composta simplesmente por uma folha de papel sulfite do tamanho A4 colocada na posição horizontal (paisagem) e dobrada ao meio, cada face tornava-se uma página totalizando assim quatro páginas<sup>9</sup>. A maior parte das edições foi impressa apenas com tinta preta, é raro aparecer outra cor, mas quando aparece é o vermelho que contrasta com o preto e o branco das páginas, que se tornaram amareladas com a ação do tempo. Não existe numeração nas páginas, todas as primeiras páginas possuem um cabeçalho informando

---

<sup>7</sup> Acreditamos que a terminologia "em situação de rua" seja mais adequada, por entendermos “situação” como algo que é “transitório, em ininterrupta transformação, assim como ao se situar em um espaço particular, simbolizado pela rua.” (MATTOS, 2006, p. 225 apud SICARI; ZANELLA, 2018, p. 66).

<sup>8</sup> Apesar de consultar o acervo digitalizado atualmente, tive acesso ao jornal de forma física no processo de construção do acervo do LAHIN.

<sup>9</sup> Das edições analisadas para a construção do presente trabalho, a edição extra de junho de 1990 é a única que possui apenas duas páginas, todas as outras em questão possuem quatro.



o ano<sup>10</sup> do jornal, a data e na maioria também aparece o número da edição. Nas edições consta que a diagramação era realizada pela Equipe de Comunicação Sindical (ECOS). Outro aspecto a ser observado é que não existe um padrão nas ilustrações do jornal, dentro de uma mesma edição existem ilustrações feitas por pessoas diferentes e a maioria das imagens não foram assinadas.

Tanto Luca (2005) quanto Lapuente (2015) alertam para a necessidade de perceber os interesses dos grupos responsáveis pelas publicações. Portanto, a investigação dos princípios do MNMMR é concomitante ao estudo de tal periódico. Analisando as publicações do Movimento, percebemos que o jornal se insere em sua proposta pedagógica ligada à organização. “Por organização, entendemos aquele espaço básico, político-pedagógico, onde crianças e adolescentes estão grupalizadas, situadas num contexto comunitário (bairro, programa, escola); e onde planejam ações coletivas voltadas para a luta por direitos.” (MNMMR, 2002, p.38). O periódico representa os interesses do Movimento de criar um espaço de organização e expressão na militância por suas demandas.

Figura 1 – Cabeçalho da primeira edição do jornal *O Grito*. Recorte feito pelo autor.



Fonte: Acervo LAHIN.

Analisando o conteúdo do jornal no período de nosso recorte, percebemos que a maior parte das notícias trazem relatos de violência e agressões contra crianças e adolescentes. Logo em sua primeira edição, agosto de 1988, o jornal traz um acidente<sup>11</sup>,

<sup>10</sup> De forma que as edições de 1988 exibem “Ano I”, 1989 “Ano II” e assim por diante. No entanto, nem todos exibem o número da edição que em alguns casos pode ser deduzido analisando as edições em sequência.

<sup>11</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Esmagados contra um poste. Recife, ano I n. 1, agosto de 1988, p. 1. Acervo: LAHIN.





ocorrido no dia vinte e quatro de junho, no qual um motorista de ônibus teria passado perto de um poste para que meninos que estavam “pendurados” no ônibus fossem atingidos. O ocorrido naquele dia de São João vitimou dois adolescentes, e assim como muitos outros relatos futuros, nos mostram que as atitudes violentas não partiam apenas das entidades policiais. No entanto, a própria primeira edição já nos traz duas matérias relacionadas a policiais agredindo meninos, uma relata um episódio, acontecido no mês anterior, em que meninos riram do barulho das botas dos policiais e por isso foram agredidos socos e pontapés<sup>12</sup>. A outra<sup>13</sup> conta que uma mulher, de identidade não revelada, era vizinha da Delegacia do Menor<sup>14</sup> e “não aguenta mais” ouvir tantos gritos e choros de crianças sendo espancadas. (O GRITO, agosto de 1988).

Em contraste com as denúncias, o jornal reserva um espaço para chamar atenção e pedir que os limpadores de pára-brisas<sup>15</sup> de Recife que são “os melhores do mundo” sejam valorizados com algumas moedas. Aparece algo que também será muito recorrente que é a divulgação de um evento de encontro do Movimento.

Para além das notícias relatadas, a edição inaugural do periódico traz escrita em suas pequenas páginas a primeira reflexão do grupo no jornal, que também diz muito sobre sua razão de existir:

Gente, pare um pouco... Não é culpa da gente ser pobre. Que guerra é esta? Está demais! Todos os meses vamos gritar através desta "boca": o GRITO dos Meninos e Meninas de Rua. Queremos viver, crescer... Porque (sic) temos tão poucas chances? Porque (sic) a sociedade está nos lascando? (O GRITO, agosto de 1988, p.2).

A citação revela a pretensão do jornal de ter sua periodicidade mensal, no entanto, percebemos que tal objetivo não foi alcançado. No entanto, as edições abrangem, muitas vezes, um período que pode variar de dois a quatro meses antes de sua publicação. Nem todas as edições são numeradas, mas para se ter uma ideia, a edição de maio de 1990 foi a nona em vinte e dois meses. Das edições analisadas para a

<sup>12</sup> Idem. Barulho de botas. Recife, ano I, n. 1, agosto de 1988, p. 4. Acervo: LAHIN.

<sup>13</sup> Idem. Espancamento na delegacia. Recife, ano I, n. 1, agosto de 1988, p. 2. Acervo: LAHIN.

<sup>14</sup> A delegacia ficava na Rua José de Alencar, no centro do Recife.

<sup>15</sup> É um trabalho ainda muito comum nas ruas das áreas mais movimentadas do Recife e continuamos percebendo muitas crianças e adolescentes o realizando.



construção do presente trabalho, a edição extra de junho de 1990 é a única que possui apenas duas páginas, todas as outras possuem quatro.

Não temos informações concretas sobre o financiamento do periódico, nas nove edições que analisamos para este artigo aparecem apenas duas propagandas. Uma remete a uma oficina de serigrafia, no bairro de Peixinhos - Olinda, fala sobre os serviços e deixa o endereço do local<sup>16</sup>. A outra mescla a propaganda com ironia ao apresentar uma bruxa segurando uma vassoura e que "as melhores vassouras do Recife"<sup>17</sup> são vendidas no Galpão dos Meninos e Meninas de Rua de Santo Amaro<sup>18</sup>.

Outra notícia a se destacar que reforça a atuação repressiva e indiscriminada das entidades policiais, narra que quatro meninos foram presos no bairro de Peixinhos e sofreram agressões na cabeça e nas mãos. A matéria conta que foram soltos logo na manhã seguinte e que quando perguntados, os policiais responderam que a prisão era simplesmente porque os meninos estavam sem documentos<sup>19</sup>. A notícia enfatiza que um dos meninos estava na frente de sua própria casa. (O GRITO, agosto de 1989, p.2).

As denúncias do jornal nos revelam aspectos sobre os locais onde as agressões aconteciam com frequência. "As casinhas nas praças do Recife continuam sendo lugares em que a Polícia Militar mete o pau, tortura e espanca meninos e meninas de rua. Isso acontece todos os dias." (O GRITO, novembro de 1989, p.4). A notícia se encerra contando sobre a irritação dos policiais quando as pessoas olhavam para as agressões nas casinhas<sup>20</sup>.

A mesma edição traz o relato de um menino que se identifica como Edilson<sup>21</sup>: "No finzinho da tarde do dia 24 de outubro eu presenciei de perto uma cena trágica. Na Avenida Guararapes, dois policiais espancavam crianças que não estavam fazendo nada.

<sup>16</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Oficina de serigrafia. Recife, ano II, n. 4, julho de 1989, p. 3. Acervo: LAHIN.

<sup>17</sup> Idem. Sem título. Recife, ano II, n. 8, novembro de 1989, p. 4. Acervo: LAHIN.

<sup>18</sup> Apesar do nome, não existem outras evidências da relação entre a organização e o MNMMR.

<sup>19</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Prisão injusta. Recife, ano II, n. 5, agosto de 1989, p. 2. Acervo: LAHIN.

<sup>20</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Tortura nas casinhas. Recife, ano II, n. 8, novembro de 1989, p. 2. Acervo: LAHIN.

<sup>21</sup> Idem. Basta de violência. Recife, ano II, n. 8, novembro de 1989, p. 1. Acervo: LAHIN.



Cadê os direitos das crianças que não chegam? Vamos reivindicar nossos direitos! Estatuto já!". (O GRITO, novembro de 1989, p.1).

Apontando para tais denúncias como tipo de notícia mais frequente no periódico nos atentamos ao o que diz Luca (2005, p.140), "A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.", dessa forma, percebemos a intenção da organização de mostrar aos leitores que a circulação desses meninos e meninas nas ruas era marcada pela repressão, muitas vezes justificada pelo autoritarismo das autoridades policiais. A distribuição que também era feita muitas vezes em passeatas do Movimento, por vezes descritas no próprio periódico, possibilitava que o jornal chegasse a militantes da causa da infância.

O trabalho do historiador Humberto Miranda (2014), sintetiza elementos importantes para o entendimento do sistema de segurança no Recife, materializado pela Delegacia do Menor, que aparece com frequência no jornal *O Grito*. De acordo com Miranda:

O Departamento Estadual de Polícia de Menores representava um órgão controlador das ações, policiais, o que permite afirmar que a ação do Estado buscava atuar na vigilância, repressão e punição daquelas crianças e adolescentes que apresentavam uma ameaça social a partir do olhar policial. (MIRANDA, 2014, p.149)

A citação estabelece conexão com os exemplos que trouxemos de notícias marcadas pela violência institucionalizada para com esses meninos e meninas. Quando o historiador trata do controle sobre o cotidiano do Recife promovido pelo Departamento Estadual de Polícia de Menores e o Juizado de Menores, enfatiza que as instituições buscavam atuar nas ruas do centro comercial da cidade e dos bairros periféricos (MIRANDA, 2014, p.150) dialogando com a afirmação, ressaltamos que locais do centro do Recife como a Avenida Guararapes, Praça da República, os arredores do edifício JK<sup>22</sup> e outras localidades centrais como o bairro da Boa Vista e de Santo Amaro (além das “casinhas” nas praças do Recife anteriormente mencionadas) eram lugares que por muitas vezes apareceram nas denúncias de “comportamentos arbitrários de policiais em confronto com meninos e meninas nas ruas” (JANSSEN,

---

<sup>22</sup> No local e em suas proximidades ainda circulam muitas pessoas em situação de rua, fazendo parte do cotidiano agitado da capital pernambucana.



2013, p.42). Em relação aos bairros periféricos, podemos destacar: Casa Amarela, Nova Descoberta e Peixinhos, esses bairros também aparecem por diversas vezes.

As reivindicações por uma mudança nas políticas públicas que atendessem suas demandas constituem outro segmento de notícias também muito recorrentes no periódico. As publicações desse âmbito são coerentes com o que encontramos na documentação do MNMMR (1988) ao construir suas propostas de atuação: "Interferir na elaboração e execução das políticas sociais básicas (saúde, educação, terra, lazer, transporte, moradia, alimentação e liberdade) [...]" (MNMMR, 1988, p.6).

Destacaremos aqui, os pontos principais de uma "Carta Aberta à população e às autoridades"<sup>23</sup> que basicamente representa uma edição inteira. No aspecto do trabalho pedem um salário justo para seus pais e para os educadores de rua e que o "menor seja respeitado como trabalhador". (O GRITO, outubro de 1988, p.2). No aspecto "Escola" pedem um ambiente escolar que os receba como eles são e a liberdade para pedir o que gostariam de estudar, em outras palavras, pedem mais participação. No tópico "Espaço", reivindicam a garantia de lazer nos espaços abertos e nos centros das grandes cidades. Já na última página, aparece "Fim da violência" pedindo que a polícia, destinada à garantir a segurança, eduque e não bata nos meninos meninas em situação de rua. Por último, com o título "Saúde" pedem a criação de Centros de Saúde nas comunidades. (O GRITO, outubro de 1988).

Tomando o trabalho de Gohn (2011) como referencial teórico, entendemos que movimentos sociais são ações sociais e coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas para que a população se organize e expresse suas demandas. As notícias desse âmbito do jornal se traduzem numa estratégia de ação para pressionar o poder público. (GOHN, 2011, p. 335).

Mais um exemplo de como o jornal constituía um instrumento de luta por mudanças no âmbito político para a organização é a primeira página da edição de agosto

---

<sup>23</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Carta à população e às autoridades. Recife, ano I, ed. extra, outubro de 1988, p.1. Acervo: LAHIN





de 1989<sup>24</sup> que começa falando sobre uma reunião que ocorrerá no dia quatorze daquele mês, na qual meninos e meninas dos “bairros com mais problemas” se reunirão para pressionar os deputados estaduais, exigindo que a constituinte de Pernambuco atenda as seguintes reivindicações: criação de um Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; que 1,5% do orçamento do Estado, fosse destinado às causas da infância; a criação de Varas de Justiça especializadas em direito para crianças e adolescentes; calendário escolar que permitisse a participação de crianças e adolescentes na escola o ano inteiro. (O GRITO, agosto de 1989).

Na edição extra de setembro de 1989, o jornal traz na terceira página duas reivindicações sobre a mesma temática. "A maior exigência"<sup>25</sup> exige a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente o quanto antes e ao lado dela, "Estatuto já"<sup>26</sup> afirma que o segundo encontro nacional do MNMMR será o momento de pressionar deputados e senadores, para que aprovem o ECA o quanto antes. (O GRITO, setembro 1989, p.3). Tais publicações revelam estratégias utilizadas pelo Movimento naquele momento cujo debate acerca de uma legislação e políticas mais inclusivas, materializadas pela Constituição Federal de 1988 era latente.

As notícias desse âmbito demonstram a preocupação dos membros do Movimento em inserir as crianças e adolescentes nos debates que dizem respeito aos seus direitos quando a queda do Código de Menores estava iminente.

O jornal menciona outras instituições que trabalham com meninos e meninas em situação de rua na mesma época, como Comunidade dos Pequenos Profetas<sup>27</sup> e Grupos Ruas e Praças<sup>28</sup>. As menções apontam para uma articulação com outras organizações que desenvolvem um trabalho com a mesma perspectiva, um dos princípios básicos do projeto que deu origem ao MNMMR.

---

<sup>24</sup> O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Lutando por nossos direitos. Recife, ano II, n. 5, agosto de 1989, p. 1. Acervo: LAHIN.

<sup>25</sup> Idem. A maior exigência. Recife, ano II, ed. extra, setembro de 1989, p. 3. Acervo: LAHIN.

<sup>26</sup> Idem. Estatuto já. Recife, ano II, ed. extra, setembro de 1989, p. 3. Acervo: LAHIN.

<sup>27</sup> Idem. Solidariedade. Recife, ano III, n. 9, maio de 1990, p. 4. Acervo: LAHIN.

<sup>28</sup> Idem. Feira de usados. Recife, ano II, n. 5, agosto de 1989, p. 3. Acervo: LAHIN.



### **Considerações Finais**

O estudo do jornal nos revela muitos elementos para percebermos não só a participação das crianças e adolescentes no MNMMR, mas também, características do trabalho dos educadores com esses meninos e meninas. O processo de seleção das notícias e a dinâmica de elaboração do jornal transparecem o que essas crianças, adolescentes e educadores queriam destacar para os seus leitores.

Apesar da pretensão de fazer com que o jornal fosse mensal não ter sido concretizada, não podemos ainda afirmar os motivos. Em nove edições existem apenas duas propagandas e não sabemos se a organização recebeu dinheiro por isso, portanto, não sabemos se o problema em relação à periodicidade do jornal é do âmbito financeiro. É interessante observar que muitas vezes uma edição abrangia notícias de dois ou até três meses anteriores.

Os aspectos físicos do jornal que ressaltamos, a linguagem direta e com gírias no texto das notícias, as ilustrações sem padrão, mas com muita objetividade e as notícias que menos pedem e mais reivindicam, representam características de suma importância na observação da imprensa alternativa construída pelos meninos e meninas junto com educadores do Movimento de Meninos e Meninas de Rua de Recife.

Em fins da década de 1980, as ilustrações e os relatos das edições falam das ruas e avenidas, das praças, da violência, da polícia, do transporte público, do trabalho, dos hábitos, da diversão, do pensamento e da esperança desses meninos e meninas, que por muitas vezes passavam a maior parte de seus dias, entre uma calçada e outra da capital pernambucana. Essas visões da cidade se expressam em atitudes, comportamentos e questionamentos que aparecem no jornal, que diante de todas as situações desfavoráveis que relatou, se apresentou como um grito.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Lei N. 6.697. Código de Menores. Brasília, 10 de outubro de 1979.



FREIRE, Paulo. Educadores de rua. Uma abordagem crítica. Bogotá, Colômbia: UNICEF, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, n. 47, p. 333-361, 2011.

JANSSEN, Adriano. Porque tem meninos e meninas de rua. Olinda: CCS Gráfica e Editora, 2013.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Rio Grande do Sul, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, R. M. Situação de rua e modernidade: A saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade (dissertação). Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MIRANDA, Humberto da Silva. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179. jan./abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

MNMMR. Organização de meninos e meninas de rua – A arte de educar para a vida. Recife: Comissão Estadual do MNMMR de Pernambuco, 2002.

\_\_\_\_\_. Documento de teses e propostas aprovadas na III Assembléia Nacional : (Edição Preliminar), Brasília, 11-14/08/1988.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. Hist. cienc. Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 135-158, março de 2007. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S010459702007000100007>> acesso em 30 de julho de 2020.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.



SANTOS, Benedito Rodrigues (Org.). MNMMR- Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3. São Paulo: UNICEF, 1994.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, outubro de 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>> Acesso em 24 de setembro de 2020.

UNICEF. [Coordenação Editorial Elisa Meirelles Reis...[Et Al.] (ed.). 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. UNICEF: São Paulo, 2019.

### **Edições do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* que foram analisadas**

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Ano I, n.1, agosto de 1988. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano I, ed. extra, outubro de 1988. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano II, n. 4, julho de 1989. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano II, n. 5, agosto de 1989. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano II, n. 6, setembro de 1989. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano II, n. 7, ed. extra, setembro de 1989. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano II, n. 8, novembro de 1989. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano III, n. 9, maio de 1990. Acervo: LAHIN.

\_\_\_\_\_. Recife, ano III, ed. extra, junho de 1990. Acervo: LAHIN.